

Política



Demissão. Caberá ao presidente do Senado, José Sarney, a decisão de acatar ou não parecer que pede a demissão do ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghb.

Lei de Responsabilidade Fiscal

GASTO COM SERVIDOR DEIXA 26 CIDADES EM ESTADO DE ALERTA

Dados do TCES mostram que sete municípios ultrapassaram limite fiscal

FELIPE QUINTINO

fquintino@redgazeta.com.br

Um raio-X mostra que 26 cidades do Espírito Santo estão na "corda bamba" em relação aos gastos com pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê punições aos prefeitos que ultrapassarem o percentual permitido.

Organizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCES), o levantamento tem como base os relatórios de gestão fiscal encaminhados ao órgão pelos próprios municípios. O período apurado é referente a este ano.

Segundo a legislação, o limite máximo para a despesa de pessoal nas cidades é de 54%, calculado sobre a receita. Sete municípios já passaram do limite: Baixo Guandu, Fundão, Alegre, Santa Leopoldina, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco e Pedro Canário (ver gráfico ao lado). Já cinco estão no chamado limite prudencial (95% do limite máximo permitido): Rio Novo do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Iúna, Marechal Floriano e Muniz Freire. Outros 14 municípios se encontram no limite de alerta, ou seja, 90% da cota máxima permitida. Estão nessa situação Cariacica, Colatina, Pancas, Laranja da Terra,

funcionalismo pode resultar na redução dos investimentos das cidades.

Por outro lado, entre os municípios com menor percentual nos gastos com pessoal em 2009 estão Presidente Kennedy (15,7%), Jaguaré (32%), Bom Jesus do Norte (32,5%), Vila Valério (33,1%) e Venda Nova do Imigrante (33,9%).

Para o vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e ex-prefeito de Colatina, Guerino Balestrassi (PV), nos casos das cidades que já passaram muito do limite, os gestores têm que fazer a reavaliação das contas. "Cada gestor tem que fazer a sua avaliação e pensar em alternativas, como cortes e estudar forma de aumentar a sua receita", afirmou ele, ressaltando que a crise econômica impactou nesse cenário. Balestrassi lembra que a legislação estabelece um prazo para os prefeitos fazerem a adequação.

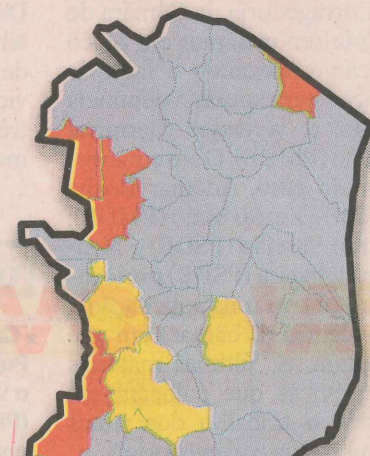
O governante que não cumprir a LRF, que inclusive apresenta prazos, alternativas e caminhos para que suas regras possam ser cumpridas, vai estar sujeito a penalidades. Para

A saúde financeira dos municípios

Despesa com pessoal

Município	Execução	%	Município	Execução	%
Vitória	419.938.724,52	41,95	Santa Leopoldina	10.962.876,02	54,98
Cariacica	135.581.876,22	50,94	Mantenópolis	8.551.404,27	46,47
Colatina	73.401.417,48	51,14	Muqui	7.349.934,28	38,68
Baixo Guandu	19.298.648,83	67,67	Água Doce do Norte	10.305.787,53	58,22
Domingos Martins	22.500.391,86	46,87	Rio Novo do Sul	8.851.774,60	52,14
Santa Maria de Jetibá	10.806.086,17	43,40	Ibitirama	7.346.055,92	50,39
Santa Teresa	15.598.727,92	44,41	Vila Pavão	7.569.472,29	48,34
Ecoporanga	16.102.062,67	47,39	São Domingos do Norte	6.339.566,51	43,59
Guaçuí	13.632.505,05	47,03	Divino de São Lourenço	4.750.714,49	49,72
Pinheiros	17.195.845,58	47,98	Afonso Cláudio	19.576.882,77	50,48
Pancas	13.948.030,44	49,58	Águia Branca	7.599.491,29	46,68
Fundão	14.189.480,89	59,49	Alfredo Chaves	9.042.179,59	37,65
Vila Valério	7.705.751,38	33,19	Alto Rio Novo	6.850.711,06	48,52
Itaguaçu	10.182.316,78	44,44	Aracruz	94.892.446,23	42,28
Ibiraçu	8.751.614,99	45,82	Atilio Vivacqua	2.415.069,65	44,61
Gov. Lindenberg	8.434.619,88	48,41	Barra de São Francisco	29.982.010,08	56,64
Brejetuba	9.477.846,15	47,84	Cachoeiro de Itapemirim	110.693.265,90	53,42
São José do Calçado	8.161.030,20	44,26	Conceição da Barra	22.037.931,19	41,66
Marilândia	8.200.257,32	46,40	Conceição do Castelo	11.246.156,78	49,93
Laranja da Terra	8.699.334,22	50,78	Guarapari	47.206.152,64	37,41
Ponto Belo	2.212.633,01	34,55	Ibatiba	13.092.041,85	48,96
Itarana	7.031.287,04	39,92	Irupi	8.227.792,39	48,22
São Roque do Canaã	6.786.115,35	42,52	Iúna	18.499.946,05	53,28
Mucurici	4.194.730,04	38,85	Jerônimo Monteiro	8.155.794,64	50,69
Apiacá	6.859.838,84	50,00	Marechal Floriano	12.213.530,02	51,72
Bom Jesus do Norte	4.970.601,45	32,50	Muniz Freire	16.632.307,71	51,96
Vila Velha	174.646.601,93	41,78	Pedro Canário	15.554.911,01	62,21
Linhares	105.875.786,90	37,79	Rio Bananal	15.794.259,41	51,01
Viana	32.170.122,01	43,62	São Gabriel da Palha	16.980.097,58	46,07
Anchieta	43.825.960,72	42,32	São Mateus	66.711.988,01	43,79
Jaguaré	16.903.576,98	32,01	Serra	244.556.125,63	38,22

■ Municípios acima do Limite Legal
■ Municípios no Limite Prudencial
■ Municípios no Limite de Alerta
■ Municípios que cumprem limite



ao lado). Já cinco estão no chamado limite prudencial (95% do limite máximo permitido): Rio Novo do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Iúna, Marechal Floriano e Muniz Freire. Outros 14 municípios se encontram no limite de alerta, ou seja, 90% da cota máxima permitida. Estão nessa situação Cariacica, Colatina, Pancas, Laranja da Terra, Apicacá, Castelo, Marataízes, Ibitirama, Divino São Lourenço, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Ibatiba, Jerônimo Monteiro e Rio Bananal.

TRABALHO PREVENTIVO

Vice-presidente do TCES, o conselheiro Enivaldo dos Anjos informou que o tribunal tem encaminhado alertas aos municípios mostrando a situação, seguindo dispositivos da própria Lei Fiscal. O comprometimento da folha com

impactou nesse cenário. Balestrassi lembra que a legislação estabelece um prazo para os prefeitos fazerem a adequação.

O governante que não cumprir a LRF, que inclusive apresenta prazos, alternativas e caminhos para que suas regras possam ser cumpridas, vai estar sujeito a penalidades. Para quem exceder o limite de gastos com pessoal, a sanção pode resultar nas suspensões da contratação de operações de crédito e de obtenção de garantias da União.

Nas últimas semanas, os prefeitos capixabas vêm se reunindo para reclamar do impacto da crise financeira. Eles chegaram a propor mudanças na Lei Fiscal. Na última sexta-feira, pediram uma compensação financeira ao governo do Estado.

“Cada gestor tem que fazer a sua avaliação e pensar em alternativas, como cortes e formas de aumentar a receita”

GUERINO BALESTRASSI
VICE-PRESIDENTE DA CNM

“O Tribunal de Contas emitiu mais de duas centenas de alertas aos jurisdicionados municipais sobre a despesa com pessoal”

ENIVALDO DOS ANJOS
VICE-PRESIDENTE DO TCES

Baixo Guandu contesta dados

■ O prefeito de Baixo Guandu, Lastênio Cardoso (PSDB), contestou ontem os dados do Tribunal de Contas do Estado (TCES). Segundo o levantamento, Baixo Guandu apareceu com maior índice entre todas os municípios capixabas, com 66,6% da despesa de pessoal em relação à receita.

“Essa informação não procede. Estamos com 46%. Estou bastante tranquilo. Vou procurar o tribunal para olhar essa situação” afirmou o prefeito. Ele informou que vai cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo o setor de finanças da prefeitura, os dados do município na planilha são referentes à receita de

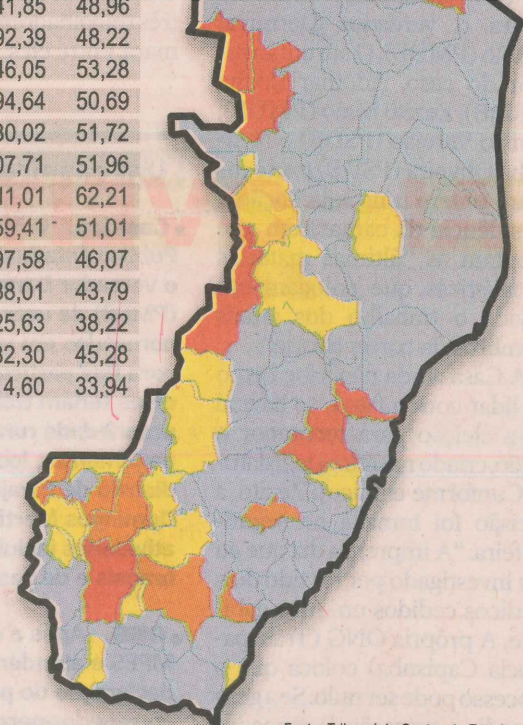
seis meses em cima de uma despesa de 12 meses, o que causaria o descompasso. O setor informa que vai esclarecer esses dados junto ao tribunal nos próximos dias.

De acordo com informações do tribunal, os levantamentos tiveram por base os relatórios de gestão fiscal encaminhados ao órgão pelos municípios, referindo-se ao último período apurado (segundo quadri- mestre de 2009 ou 1º semestre deste ano).

As informações estão disponíveis ainda no sítio eletrônico do tribunal. Os gastos com pessoal são analisados pelo tribunal nos julgamentos das prestações de contas dos prefeitos.

Ponto Belo	2.212.333,01	34,55
Itarana	7.031.287,04	39,92
São Roque do Canaã	6.786.153,35	42,52
Mucurici	4.194.730,04	38,85
Apicacá	6.859.838,84	50,00
Bom Jesus do Norte	4.970.601,45	32,50
Vila Velha	174.646.601,93	41,78
Linhares	105.875.786,90	37,79
Viana	32.170.122,01	43,62
Anchieta	43.825.960,72	42,32
Jaguaré	16.903.576,98	32,01
Itapemirim	28.520.213,80	45,07
Nova Venécia	27.840.911,64	44,77
Castelo	24.672.741,77	48,89
Presidente Kennedy	16.713.505,73	15,77
Alegre	25.167.953,14	55,87
Mimoso do Sul	14.475.705,00	42,55
Montanha	7.901.999,68	43,56
Marataízes	20.556.559,33	50,14
João Neiva	10.880.480,45	38,69
Piúma	12.964.909,32	47,86
Boa Esperança	7.830.892,06	42,07
Iconha	9.712.065,59	44,01

Ibatiba	13.092.041,85	48,96
Irupi	8.227.792,39	48,22
Iúna	18.499.946,05	53,28
Jerônimo Monteiro	8.155.794,64	50,69
Marechal Floriano	12.213.530,02	51,72
Muniz Freire	16.632.307,71	51,96
Pedro Canário	15.554.911,01	62,21
Rio Bananal	15.794.259,41	51,01
São Gabriel da Palha	16.980.097,58	46,07
São Mateus	66.711.988,01	43,79
Serra	244.556.125,63	38,22
Vargem Alta	14.772.132,30	45,28
Venda Nova do Imigrante	11.217.114,60	33,94



A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Fonte: Tribunal de Contas do Estado

Prefeito de Iúna corta 50% do salário

José Ramos pode demitir 50% dos comissionados; cortes também são feitos em Alegre

IÚNA

■ Economia ao pé da letra. Essa foi a proposta do prefeito de Iúna, José Ramos (DEM). Ele reduziu em 50% o próprio salário, o do vice-prefeito, além de todos os secretários e demais cargos comissionados. Ao todo, 43 funcionários entraram na lista da redução de gastos, uma economia que chega a R\$ 90 mil ao final do mês.

De acordo com o prefeito da cidade, a medida extrema foi tomada depois de contabilizar os gastos com os funcionários, que está bem perto do limite fiscal estipulado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCES) e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os salários reduzidos em 50% devem continuar até dezembro. A medida passou a valer já neste mês.

“Cortamos todo o tipo de hora extra e tivemos apoio unânime da Câmara de Vereadores de Iúna. Nossa meta é conseguir passar o

ano sem que a prefeitura esteja no vermelho, sabemos que, quando isso acontece, o município perde muitos convênios e parcerias”, afirma o prefeito.

DEMISSÕES

Mas José Ramos disse também que, se a contenção não der resultado, o município vai ter que apelar para as demissões, principalmente dos cargos comissionados.

“Tudo está calculado. Se essa redução não surtir efeito, vamos demitir pelo menos 50% dos cargos comissionados. Hoje tenho nove secretários, vou demitir pelo menos quatro para que o município não sofra endividamento”, finaliza José Ramos.

EM ALEGRE

Na região do Caparaó, o município de Alegre também resolveu cortar gastos. De acordo com o secretário de Comunicação, Felipe Paraíso, não está sendo feito o pagamento de diárias, e as horas extras só acontecem em casos extraordinários. No Sul do Estado, o município de Cachoeiro de Itapemirim também anunciou cortes para se ajustar à Lei Fiscal. (Andressa Alcoforado)

Tribunal de Contas avalia flexibilização

■ A área técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCES) vai avaliar o pedido da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) para que flexibilize a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na análise das contas públicas deste ano, em razão da crise econômica. A proposta foi apresentada ontem

ao plenário pelo vice-presidente do TCES, Enivaldo dos Anjos. Com aprovação da medida, será feito um estudo de caso especial sobre o tema, conforme prevê disposições do regimento do órgão. Na semana passada, a diretoria da Amunes e prefeitos capixabas discutiram o assunto com o presidente do TCES, Marcos Madureira. Ele se mostrou contrário à flexibilização. Segundo Madureira, o tribunal tem que seguir o que prevê a legislação.